

JURA: A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A FORMAÇÃO EMANCIPATÓRIA DOS LICENCIANDOS DO IFPA

Eixo temático: 2 - Configurações da Educação Superior: diferentes concepções e percursos formativos em disputa.

Márcia Cristina Lopes e Silva - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA - E-mail:marcia.lopes@ifpa.edu.br
Ana Claudia Ferreira Rosa - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA - E-mail:ana.rosa@ifpa.edu.br

Introdução

A formação humana e emancipatória na educação superior constitui um processo que ultrapassa os limites da sala de aula, envolvendo práticas sociais, culturais e políticas construídas nos diferentes territórios e contextos históricos. Nessa perspectiva, a formação docente não se restringe à apropriação de conteúdos técnico-científicos, mas compreende experiências educativas capazes de articular reflexão crítica, participação social e compromisso com a transformação da realidade. Assim, a organização curricular das licenciaturas precisa prever movimentos de práxis formativa que aproximem os estudantes das múltiplas expressões da questão social. É nesse contexto que se inserem experiências pedagógicas desenvolvidas por instituições de ensino comprometidas com práticas educativas críticas com foco na emancipação humana. Dentre essas experiências, destacam-se as ações que promovem o diálogo entre educação superior e movimentos sociais, possibilitando aos licenciandos vivências formativas vinculadas às lutas sociais e à construção coletiva do conhecimento.

No reconhecimento dessa dinâmica, o Curso de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Belém, desenvolve ações pedagógicas voltadas à aproximação dos estudantes com as questões sociais amazônicas. Nesse movimento, iniciou, em 2019, a realização das Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA), integrando-se às ações já promovidas por universidades brasileiras em articulação com movimentos sociais do campo.

Considerando o potencial formativo dessas experiências, o presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições da JURA IFPA para a formação humana e emancipatória dos



licenciandos, destacando as relações estabelecidas entre educação, movimentos sociais e práticas formativas críticas.

A relevância deste estudo fundamenta-se no reconhecimento de que os movimentos sociais assumem papel significativo na construção de experiências educativas comprometidas com a formação crítica, democrática e socialmente referenciada. Além disso, a discussão torna-se pertinente diante das disputas contemporâneas em torno dos projetos de educação e formação docente, especialmente no contexto amazônico, marcado por conflitos territoriais, desigualdades sociais e lutas em defesa dos direitos coletivos.

Metodologia

Trata-se de estudo qualitativo e bibliográfico que prioriza interpretação das relações sociais, políticas e culturais presentes nas práticas educativas que aproximam a formação acadêmica da práxis humana a partir das atividades desenvolvidas nas Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Belém, no período de 2019 a 2026. Como fontes foram utilizadas programações das edições da JURA, registros organizativos, materiais de divulgação, relatórios, memórias das atividades e relatos produzidos pelos participantes.

A análise buscou compreender as articulações entre formação humana, educação popular, movimentos sociais e emancipação. O estudo dialoga, especialmente, com as contribuições de Paulo Freire, Antonio Gramsci, Miguel Arroyo, Roseli Caldart e Dermeval Saviani, autores que compreendem a educação como prática social vinculada aos processos históricos, às lutas coletivas e à transformação da realidade.

Resultados e Discussão

A iniciativa para a realização da JURA foi fruto do II Encontro Nacional de Professores Universitários com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizado em 2013, no qual foi deliberada a realização de ações articuladas entre universidades e institutos federais durante as jornadas de luta de abril, fortalecendo o debate sobre reforma agrária,



educação pública e direitos sociais. (MST, 2017). Desde então, diversas instituições de ensino superior passaram a integrar a proposta, ampliando o alcance das ações e fortalecendo os vínculos entre universidade, movimentos sociais e sociedade. Neste contexto, no ano de 2019, foi realizada a I JURA do IFPA, Campus Belém.

As edições foram organizadas e executadas em parceria com coletivos de professores, estudantes, Sinasefe e movimentos sociais do campo, promovendo debates sobre reforma agrária, agroecologia, Amazônia, educação do campo e soberania alimentar. As atividades incluíram rodas de conversa, oficinas, apresentações culturais, performances teatrais, exposições e a Feira da Reforma Agrária, espaço no qual assentados de diversos territórios de áreas da região metropolitana de Belém, expõe os produtos oriundos da agricultura familiar e agroecológica.

Nos anos 2019 ao ano 2026 foram cinco jornadas no IFPA, dispostas a seguir, com temáticas que abordaram a defesa da vida, dos territórios e da educação pública, Ações e processos educativos vivos e conforme compreensão de Gramsci (2001), processos educativos estão relacionam-se à formação da consciência crítica e à construção a hegemonia social.

2019 - I JURA do IFPA: Lutar! Construir Reforma Agrária Popular

A primeira edição da JURA IFPA contribuiu para inserir os licenciandos no debate sobre a questão agrária brasileira e o papel histórico dos movimentos sociais do campo na luta por direitos. Ao tematizar a Reforma Agrária Popular, a jornada possibilitou reflexões sobre desigualdade social, concentração fundiária e justiça social, ampliando a compreensão dos estudantes acerca das contradições estruturais da sociedade brasileira. A edição favoreceu a aproximação entre os licenciandos e os sujeitos coletivos do campo, fortalecendo experiências educativas pautadas no diálogo entre saberes acadêmicos e saberes populares. Além disso, contribuiu para a compreensão da educação como prática política e socialmente comprometida com a transformação da realidade. Ênfase na educação como práxis contra-hegemônica.

2022 - II JURA do IFPA: Reforma Agrária Popular: em defesa da Educação Pública e da Amazônia!

A edição de 2022 aprofundou o debate sobre as relações entre educação pública, território amazônico e direitos sociais, evidenciando os impactos das políticas neoliberais sobre a



educação e os modos de vida dos povos do campo e da floresta. Nesse contexto, os licenciandos foram provocados a refletir sobre o papel social da escola e da universidade na defesa da democracia e dos direitos coletivos.

As discussões também fortaleceram a compreensão da Amazônia como território de disputas econômicas, políticas e ambientais, ampliando a formação crítica dos estudantes acerca das relações entre educação, desenvolvimento e sustentabilidade. A jornada contribuiu, ainda, para o reconhecimento dos movimentos sociais como sujeitos educativos e produtores de conhecimento.

2024 - III JURA do IFPA: Universidades da Amazônia com o MST: 40 anos de luta e construção

A edição destacou a trajetória histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), permitindo aos licenciandos compreender os movimentos sociais como espaços de formação política, organização coletiva e produção de práticas educativas emancipadoras. O resgate histórico dos 40 anos do MST possibilitou reflexões sobre resistência, luta social e construção de projetos populares de educação.

Caldart (2004) afirma que a Educação do Campo se constitui como um projeto educativo construído pelos trabalhadores do campo e seus movimentos sociais, articulando educação, trabalho, cultura e emancipação humana. Assim, compreender os movimentos sociais como espaços educativos significa reconhecer que a formação humana também ocorre nos processos organizativos, culturais e políticos vivenciados pelos sujeitos sociais. Nessa perspectiva ao fortalecer o diálogo entre universidade e movimentos sociais, a jornada contribuiu para romper perspectivas tradicionais e elitizadas de produção do conhecimento, valorizando experiências pedagógicas construídas nos territórios de luta. Dessa forma, favoreceu uma formação docente mais crítica, sensível às questões sociais e comprometida com os processos de transformação social.

2025 - IV JURA do IFPA: Defender a vida combatendo o agro-hidro-minero-negócio na Amazônia



A temática de 2025 ampliou as discussões sobre os conflitos socioambientais na Amazônia, problematizando os impactos do agronegócio, dos grandes projetos minerários e hidrelétricos sobre os territórios, os povos tradicionais e o meio ambiente. Para os licenciandos, a edição possibilitou compreender as relações entre modelo econômico, exploração da natureza e produção das desigualdades sociais. No campo da formação humana e emancipatória, a jornada contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca das disputas territoriais e ambientais presentes na Amazônia contemporânea. Além disso, fortaleceu práticas educativas comprometidas com a defesa da vida, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, articulando educação, ética e responsabilidade social.

2026 - V JURA do IFPA: Basta de violência contra os povos e a natureza

A edição de 2026 intensificou o debate sobre violência no campo, criminalização dos movimentos sociais e violações de direitos humanos e ambientais. Ao relacionar violência social, destruição ambiental e conflitos territoriais, a jornada favoreceu reflexões sobre os desafios da democracia e da justiça social no contexto amazônico. As atividades contribuíram para a construção de uma formação ética e politicamente comprometida com a defesa dos direitos dos povos do campo, das águas e das florestas. A edição também fortaleceu a compreensão da educação como prática de resistência e emancipação, capaz de promover consciência crítica, participação coletiva e valorização da diversidade sociocultural amazônica.

De modo geral, as diferentes edições da JURA IFPA vem consolidando um espaço formativo que articula educação superior, movimentos sociais e práticas educativas críticas. As temáticas desenvolvidas ao longo dos anos ampliaram a o debate na educação superior acerca das questões agrárias, ambientais, sociais e políticas presentes na realidade amazônica, contribuindo para a construção de uma formação humana comprometida com a justiça social, os direitos humanos e a emancipação coletiva.

Freire (2011) afirmou que a educação emancipatória deve promover a consciência crítica dos sujeitos, permitindo-lhes compreender e transformar a realidade em que vivem. Nessa perspectiva, A JURA contribui para que os futuros professores desenvolvam uma prática pedagógica comprometida com a justiça social e com a valorização das lutas coletivas.



As experiências vivenciadas durante as jornadas também reforçam os princípios da educação popular ao estimular participação, diálogo e construção coletiva do conhecimento. Conforme Freire (1996), ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e compromisso ético com a transformação social. Dessa maneira, a JURA configura-se como espaço formativo que amplia a compreensão dos licenciandos acerca da relação entre educação, movimentos sociais e emancipação humana. Portanto, A JURA consolidou-se no IFPA como importante espaço de articulação entre educação superior, movimentos sociais e formação docente crítica possibilitando experiências formativas que articulam teoria e prática social, cumprindo com o papel da educação, que, corroborando Saviani (2008), deve possibilitar aos sujeitos o acesso crítico ao conhecimento historicamente produzido.

Considerações Finais

Conclui-se que a JURA representa um espaço pedagógico de resistência, diálogo e construção coletiva, reafirmando a importância da articulação entre educação superior e movimentos sociais na defesa da educação pública, da democracia e dos direitos humanos e configura a intrínseca relação ensino-pesquisa-extensão, e que se caracteriza como espaço educativo de formação política, cultural e pedagógica, no qual se articulam saberes acadêmicos e saberes produzidos pelos movimentos sociais.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis: Vozes, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50 ed. (rev. e atual.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MOVIMENTO SEM TERRA. (MST) JURA. **Universidades de todo o país aderem a JURA:** A atividade também tem objetivo de incentivar o compromisso das universidades brasileiras com a questão da Reforma Agrária, aproximando o campo da cidade. 19/04/2017. Disponível em: https://mst.org.br/2017/04/19/universidades-de-todo-o-pais-aderem-a-jura/ Acesso em: 08 maio 2026.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 2008.